republicado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro, a "Proposta de alteração da taxa municipal referente à instalação de tubagens de abastecimento público de gás mencionada no n.º 2 do artigo 17.º do Regulamento e Tabela de Taxas, Compensações e Outras Receitas, publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 71, de 13/04/2010", para posterior sujeição ao Órgão Deliberativo, passando a ter a seguinte redacção:

Artigo 17.º

1) . . . . . .

a) . . . . . .
b) . . . . . .

2) Tubagens de abastecimento público de gás — por metro linear e por ano ou fracção — 9,28 €.
3) . . . . . .

a) . . . . . .
b) . . . . . .

4) . . . . . .
5) . . . . . .
6) . . . . . .
7) . . . . . .
8) . . . . . .
9) . . . . . .
10) . . . . . .

O estudo económico-financeiro subjacente à proposta encontra-se à disposição do público para consulta nos serviços de atendimento, durante as horas normais de expediente e eventuais sugestões ou observações sobre o referido estudo deverão ser formuladas por escrito, no período de tempo acima referido.

Mais se informa que o documento em causa estará também disponível para consulta na página da internet do Município (www.cm-covilha.pt).

Para constar, e inteiro conhecimento de todos, se publica o presente Edital no *Diário da República,* Boletim Municipal e será afixado nos lugares públicos do costume e no referido sítio da web.

7 de Outubro de 2011. — O Presidente, *Carlos Pinto.*

205207599

MUNICÍPIO DE ESPINHO

Aviso n.º 20358/2011

Conclusão de processo disciplinar

Nos termos conjugados do disposto no n.º 1 do artigo 57.º e no n.º 2 do artigo 49.º do Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas (doravante aqui designado de EDTFP), aprovado pela Lei n.º 58/2008, de 9 de Setembro, é pelo presente avisado Carlos Alberto Couto Alves, trabalhador em funções públicas da Divisão de Ambiente e Resíduos Sólidos Urbanos do Departamento de Ambiente e Qualidade de Vida da Câmara Municipal de Espinho, da carreira e com a categoria de assistente operacional, com paradeiro desconhecido e última morada conhecida na Travessa da Colónia, n.º 43, 1.º-A, 4410-191, S. Félix da Marinha, de que no âmbito do Processo Disciplinar n.º 2/2011 a correr termos na Câmara Municipal de Espinho e no qual é arguido, de que a Câmara Municipal de Espinho, por deliberação tomada em sua reunião ordinária de 12 de Agosto de 2011, converteu em definitivo a decisão de aplicar ao arguido pena disciplinar de despedimento por facto imputável ao trabalhador, nos termos da alínea *g*) do n.º 1 do artigo 18.º do EDTFP.

Mais se avisa que a decisão, nos termos do artigo 58.º do EDTFP, começa a produzir os seus efeitos quinze dias após a publicação do presente aviso.

3 de Outubro de 2011. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim José Pinto Moreira.*

305192735

MUNICÍPIO DE ÉVORA

Aviso n.º 20359/2011

Para os devidos efeitos torna-se público que nos termos do artigo 73.º e alínea *c*) do n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, e aplicando as regras previstas na Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, foram concluídos com sucesso os períodos experimentais dos seguintes trabalhadores, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com homologação do Sr. Presidente da Câmara, datada de 30/09/2011:

Miraldina Maria dos Santos Lopes Lobo — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 14 valores;

Jorge Filipe Carrasco Candeias Martins Carrilho — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 14 valores;

Sandro Filipe Farinha Freira — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,9 valores;

Luís Manuel Ferreira da Silva Martins — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,9 valores;

Carolina Rosa Valente Pereira de Carvalho — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,6 valores;

Rosinda Antónia Polido Coelho Galante — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,55 valores;

Jerónimo Manuel Moreira Coelho — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,6 valores;

Paulo José Parreira Canôa — para a carreira/categoria de assistente operacional, tendo-lhe sido atribuída uma classificação de 13,55 valores;

6 de Outubro de 2011. — O Presidente da Câmara, *José Ernesto d'Oliveira*.

305205451

MUNICÍPIO DO FUNCHAL

Aviso n.º 20360/2011

Procedimento concursal comum para o preenchimento de dez postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional

Lista unitária de ordenação final

Em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, torna-se pública a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para o preenchimento de dez postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Câmara Municipal do Funchal, na carreira e categoria de assistente operacional, para exercer funções de coveiro nos cemitérios municipais, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado (Ref.ª PCCTI 02/2010), aberto por aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 233, de 2 de Dezembro de 2010 e publicitado na Bolsa de Emprego com o Código OE201012/027, homologada por meu despacho datado de 26 de Setembro de 2011.

Posição	Nome do candidato	Classificação final (valores)
1.º	Sérgio Bruno Pereira Correia *	17,88
2.º	José Sílvio de Sousa Baptista *	17,88
3.º	José Luís Teixeira Petito *	17,88
4.º	João Abel Ferreira *	17,88
5.º	Nelson António Pestana Castro *	17,84
6.º	José Adelino Freitas Gomes *	17,84
7.º	José Ricardo Mendonça da Encarnação	17,64
8.º	Albertino Vitor Abreu Faria	17,60
9.º	José Pedro de Sousa Gonçalves	17,53
10.º	José António de Sousa	17,25
11.º	Carlos Manuel Nóbrega Ornelas *	17,16
12.º	Emídio Mendes da Silva *	17,16
13.º	Luis Miguel de Sousa Gomes	17,05
14.º	Victor Correia Freitas	16,92
15.º	Ricardo Luís Gomes Martins	16,72
16.º	Paulo Sérgio Gomes Pestana *	16,64
17.º	Maurílio da Silva Gomes *	16,64
18.º	Florentino Mendonça	16,42
19.º	José Lino Gomes da Cruz	16,35
20.º	Manuel Nelson Ferreira	16,18
21.º	Victor Bruno Ribeiro Santos	16,09
22.º	José Agostinho Caires Gonçalves *	16,05

Posição	Nome do candidato	Classificação final (valores)
23.º	José Manuel de Caires Freitas *	16,05
24.º	Leonel Marques Vieira	15,87
25.º	José Maria Ferreira De Jesus	15,81
26.º	João Manuel da Silva	15,76
27.º	Augusto Duarte Pulgas	15,57
28.º	Ricardo Maurício Ornelas Araújo	15,46
29.º	Emanuel Norberto Ferreira *	15,22
30.º	David Silva dos Santos *	15,22
31.º	Ricardo José da Silva	15,02
32.º	José Manuel Mendes Serrão *	14,98
33.º	Marco Paulo Pontes Cardoso *	14,98
34.º	José Carlos Alves Pimenta	14,93
35.º	Nélio Vieira Gonçalves	14,82
36.º	José Armindo Silva Teixeira	14,80
37.º	Luís Pedro Teles Freitas	14,73
38.º	António José Rodrigues Gonçalves	14,69
39.º	Filipe Rodrigues Jardim	14,23
40.º	David Miguel Pereira de Gouveia	13,23
41.º	Nuno Tadeu Sousa Fernandes	12,87
42.º	Luís Miguel Campos de Sousa	12,15
43.º	Filipe Avelino Freitas Barros	10,60

* Nos termos do n.º 2 do artigo 35.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, e atendendo que nenhum dos candidatos se encontrava nas situações descritas no n.º 1 do citado artigo 35.º e se encontravam também em situação de empate em função da valoração obtida no primeiro e no segundo método de selecção utilizado, foram utilizados, de forma decrescente, os critérios de desempate definidos no ponto n.º 12.3 da acta de definição de critérios:

a) As habilitações académicas, prevalecendo o candidato com o nível habilitacional superior;

b) Subsistindo o empate, a idade, prevalecendo o candidato mais novo.

Sérgio Bruno Pereira Correia, posicionado em 1.º lugar com a classificação de 17,88 valores — 9.º ano de nível habilitacional;

José Sílvio de Sousa Baptista, posicionado em 2.º lugar com a classificação de 17,88 valores — 6.º ano de nível habilitacional, nascido em 22/10/1967;

José Luís Teixeira Petito, posicionado em 3.º lugar com a classificação de 17,88 valores — 6.º ano de nível habilitacional, nascido em 29/09/1965;

João Abel Ferreira, posicionado em 4.º lugar com a classificação de 17,88 valores — 4.º ano de nível habilitacional;

Nelson António Pestana Castro, posicionado em 5.º lugar com a classificação de 17,84 valores — 6.º ano de nível habilitacional, nascido em 13/06/1977;

José Adelino Freitas Gomes, posicionado em 6.º lugar com a classificação de 17,84 valores — 6.º ano de nível habilitacional, nascido em 17/09/1963;

Carlos Manuel Nóbrega Ornelas, posicionado em 11.º lugar com a classificação de 17,16 valores — 9.º ano de nível habilitacional;

Emídio Mendes Da Silva, posicionado em 12.º lugar com a classificação de 17,16 valores — 4.º ano de nível habilitacional;

Paulo Sérgio Gomes Pestana, posicionado em 16.º lugar com a classificação de 16,64 valores — 6.º ano de nível habilitacional;

Maurílio da Silva Gomes, posicionado em 17.º lugar com a classificação de 16,64 valores — 4.º ano de nível habilitacional;

José Agostinho Caires Gonçalves, posicionado em 22.º lugar com a classificação de 16,05 valores — 4.º ano de nível habilitacional;

José Manuel de Caires Freitas, posicionado em 23.º lugar com a classificação de 16,05 valores — documento comprovativo de dispensa da escolaridade obrigatória;

Emanuel Norberto Ferreira, posicionado em 29.º lugar com a classificação de 15,22 valores — 4.º ano de nível habilitacional, nascido em 26/03/1966;

David Silva dos Santos, posicionado em 30.º lugar com a classificação de 15,22 valores — 4.º ano de nível habilitacional, nascido em 19/04/1959;

José Manuel Mendes Serrão, posicionado em 32.º lugar com a classificação de 14,98 valores — 4.º ano de nível habilitacional;

Marco Paulo Pontes Cardoso, posicionado em 33.º lugar com a classificação de 14,98 valores — documento comprovativo de dispensa da escolaridade obrigatória.

Candidatos excluídos:

Luís Filipe Correia Aguiar, por não ter comparecido à entrevista profissional de selecção;

Helena Ludovina de Sousa Candeias, José Luís Mendonça Caires, José Rogério Gomes Perneta e Victor Nuno Ascensão Gonçalves, por não terem comparecido ao primeiro método de selecção — prova de conhecimentos;

Cátia Cristina Gomes Pinto e Francisco José Gonçalves Correia, por terem obtido valoração inferior a 9,5 valores no primeiro método de selecção — prova de conhecimentos.

27 de Setembro de 2011. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado.*

305185559

Despacho n.º 13762/2011

Considerando que foi publicitado na 2.ª série do *Diário da República,* n.º 63, de 30 de Março de 2011 e no Jornal *O Público* de 1 de Abril de 2011, a intenção de a Câmara Municipal do Funchal efectuar o provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho do Departamento de Recursos Humanos, nos termos do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho.

Considerando que ao procedimento concursal foi admitido um técnico superior do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal do Funchal.

Considerando que o júri de selecção, após analisar a avaliação curricular e a entrevista pública de selecção da candidata admitida, em acta datada de 21 de Julho de 2011, propôs o provimento de Rubina Marta Morna Cabral Sousa no cargo de Chefe de Divisão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, do Departamento de Recursos Humanos, atendendo a que reúne os requisitos definidos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 19 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, conjugado com o n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 104/2006, de 7 de Junho, e com o n.º 1 do artigo 8.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho, e é detentora de competência técnica e de aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo e possui o perfil e a experiência adequados ao desempenho do cargo.

Usando da competência que me é conferida pela alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delegada por despacho do Presidente da Câmara, de 5 de Novembro de 2009, e ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo artigo 25.º da Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, aplicável por força do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com as alterações constantes do Decreto-Lei n.º 104/2006, conjugado com o artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 26/2008/M, de 24 de Junho, e do disposto na alínea *a*) do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, nomeio Rubina Marta Morna Cabral Sousa, Técnica Superior, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, do Departamento de Recursos Humanos, em comissão de serviço, pelo período de três anos.

O provimento no cargo produz efeitos à data do presente despacho.

Cabimento orçamental disponível nas rubricas D01010401 e D0101140101.

25 de Julho de 2011. — O Vereador, por delegação do Presidente da Câmara, *Pedro Miguel Amaro de Bettencourt Calado*.

Nota relativa ao currículo académico e profissional do dirigente

Dados pessoais

Nome — Rubina Marta Morna Cabral Sousa.
Data de nascimento — 4 de Fevereiro de 1976.

Formação académica

Licenciatura em Ergonomia, concluída em 21 de Dezembro de 2001 na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa.

Experiência profissional

Iniciou funções na Câmara Municipal do Funchal em 2 de Janeiro de 2003, como estagiária da carreira de Técnico Superior (área de Ergonomia), em regime de contrato administrativo de provimento.

Ingressou no quadro da Câmara Municipal do Funchal em 19 de Abril de 2004, em regime de nomeação definitiva e com a categoria de técnico superior de 2.ª classe (área de Ergonomia).

Foi promovida a técnico superior de 1.ª classe (área de Ergonomia) a 8 de Junho de 2006.

Em 1 de Janeiro de 2009, por força do disposto no n.º 1 do artigo 95.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, transitou para a categoria de Técnico Superior da carreira geral de Técnico Superior.